

Mobilidade e expansão do Rio de Janeiro para áreas perimetropolitanas

Rainer Randolph
Pedro Henrique Oliveira Gomes

Resumo

O presente ensaio visa discutir uma determinada forma de expansão das grandes cidades contemporâneas relacionada a novas formas de mobilidade, tanto de trabalhadores e consumidores, como de mercadorias e prestação de serviços. A nossa hipótese é que o aumento da mobilidade, o conseqüente espraiamento longínquo do tecido urbano e o surgimento de chamadas áreas perimetropolitanas não podem ser entendidos como mera extrapolação daquelas dinâmicas e formas de expansão urbana que levaram à conformação de metrópoles. Procura-se, aqui, indicar caminhos de investigação capazes de verificar se há nessas áreas perimetropolitanas uma possível ruptura com a lógica metropolitana. Colocado num contexto mundial, o debate apresentado está voltado particularmente para a metrópole latino-americana, em geral, e a brasileira em particular.

Palavras-chave: metrópole; expansão; área perimetropolitana; dinâmica metropolitana; Rio de Janeiro; Brasil.

Abstract

The present paper intends to investigate a certain form of expansion of great contemporary cities which is related to new forms of mobility as much of workers and consumers, as of goods and supplied services. Our hypothesis is that the increase in mobility, the consequent sprawl of the urban fabric over long distances and the appearance of the so-called perimetropolitan areas cannot be understood as a mere extrapolation of those dynamics and forms of urban expansion that led to the formation of the modern metropolises. It is intended, here, to indicate approaches of investigations which might be capable of verifying if there are, in these perimetropolitan areas, possible ruptures with the traditional metropolitan logic. Placed in a world context, the debate presented in our paper focuses on the Latin-American metropolis, in general, and on the Brazilian one in particular.

Keywords: metropolis; expansion; perimetropolitan area; metropolitan dynamics; Rio de Janeiro; Brazil.

Apresentação

Ao longo da maior parte da história da humanidade, “mobilidade” significou o deslocamento de pessoas e mercadorias à velocidade de uma pessoa caminhando, de um cavalo galopando, de um boi puxando uma carreta ou de um barco deslizando na água propulsado por velas ou remos. Foi somente no século XIX que os seres humanos aprenderam a dominar a energia do vapor, e passaram a utilizá-la para transportar as suas mercadorias e a si próprios a uma velocidade significativamente mais alta. A invenção do automóvel movido a petróleo, no final do século XIX, e do avião, no início do século XX, abriu oportunidades que velocidades e flexibilidades nos deslocamentos antes nunca imaginadas pudessem ser alcançadas. Enquanto as estradas iam além das ferrovias, os aviões precisavam apenas de pistas para decolar e aterrissar. (WBCSD, 2001, p. 1)

O século XX pode ser considerado, nesse sentido, como época áurea da mobilidade. Se a maioria da população nos países industrializados teve acesso aos benefícios desse aumento da mobilidade, nos demais países no mundo esse usufruto varia enormemente em relação à idade, origem étnica e renda da população. Apenas os mais ricos puderam usufruir estes benefícios:

Independentemente da renda per capita de um país, seus cidadãos ricos eram, de um modo geral, muito mais móveis do que os cidadãos pobres. (Ibid., p. 1).

Tomando essa evolução da mobilidade como referência das transformações socioespaciais ocorridas nas últimas décadas, o presente trabalho insere-se mais especificamente numa série de investigações e discussões que dizem respeito à expansão das grandes cidades contemporâneas e, em particular, à das metrópoles no mundo inteiro para além das suas fronteiras locais e mesmo daquelas das regiões (metropolitanas) que comandam mais diretamente. O ensaio procura determinar, num primeiro momento, os contornos dessa expansão para áreas que serão aqui chamadas de perimetropolitanas; num passo seguinte, pretende-se identificar elementos que poderiam, talvez, melhor caracterizar qualitativamente esse processo de “transbordamento” das metrópoles. Diferentemente de muitas abordagens a respeito dessa temática, trabalha-se, aqui, com a hipótese de que esse processo de espraiamento em múltiplas dimensões não pode ser mais entendido como mera extrapolação daquelas formas de expansão urbana que levaram à conformação das regiões metropolitanas.

Não será possível, neste momento, de comprovar essa hipótese. No entanto, ela serve ao trabalho como orientação da sua leitura crítica daquelas investigações que defendem a hipótese da mera extrapolação da dinâmica metropolitana para além de suas fronteiras. Essa crítica permitirá, futuramente, determinar elementos e formas de investigação capazes de verificar se há (ou não) nessas áreas perimetropolitanas uma possível ruptura com a lógica metropolitana.

O debate aqui apresentado está voltado, primeiramente, para a realidade das

metrópoles e suas formas de expansão em geral; não obstante, o foco da nossa discussão e investigação será a metrópole latino-americana, em geral, e a brasileira em particular. Na primeira caracterização de áreas perimetropolitanas serão observados os entornos das quatro maiores metrópoles do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. Como caso específico para aprofundar a discussão, foram selecionadas a região metropolitana e a área perimetropolitana do Rio de Janeiro (vide para isto também Randolph e Gomes 2007).

O atual ensaio termina com algumas reflexões acerca das espacialidades e temporalidades que estão envolvidas nas transformações aqui em pauta, provocadas por mudanças ainda incipientes da mobilidade de trabalhadores e consumidores nessas áreas e dos tradicionais padrões profissionais surgidos durante o período da industrialização no Brasil.

Mobilidade, expansão das metrópoles e advento de áreas perimetropolitanas

Partimos do pressuposto de que o avanço, mesmo quando ainda lento, hoje, de um conjunto de tecnologias não aumentará apenas quantitativamente a mobilidade de trabalhadores e consumidores – em relação a raios e velocidades de seus deslocamentos, tendência secular desde o início da industrialização; mas criará também as bases para formas de vida qualitativamente novas (Randolph 2004, Lefebvre 1991). O caráter novo dessa mobili-

dade consistiria no fato de que as separações tradicionais entre trabalho, moradia, estudo, consumo e lazer – que se consolidaram a partir do advento da sociedade industrial – irão ser superadas por novas articulações e, também, novos espaços do exercício das respectivas atividades.

Devido à sua localização privilegiada – por razões que não cabe aprofundar aqui –, espera-se que essas transformações aconteçam primeiramente nas metrópoles e em seu entorno; há toda uma discussão, nos últimos anos, sobre o papel da reestruturação econômica para a transformação das metrópoles e da sua expansão para além das suas fronteiras. De fato, em relação ao Brasil, nota-se hoje um padrão espacial distinto de crescimento da população urbana do que aquele ocorrido num período inicial da urbanização (Santos 1993) quando apresentou uma forma concentrada principalmente nas grandes cidades e metrópoles do país. Pois, já desde a década de 1980, observa-se um maior espraiamento da distribuição populacional (Martine 1994); essa dispersão ocorreu desde a ocupação de áreas suburbanas ou mesmo de municípios vizinhos aos grandes centros até através do deslocamento de parcelas da população urbana para áreas rurais dentro de um município, processo denominado por Limonad (1999) suburbanização no seu sentido literal. Mas, existia também o movimento contrário, que partiu das áreas rurais para áreas urbanas onde os fluxos não se dirigiam mais, como costumava acontecer no período anterior, aos grandes centros urbanos, o que Armijo (2000) chamou de “suburbanização campesina” – para o caso chileno.

O que mais nos interessa no presente trabalho são aqueles deslocamentos da população para lugares mais distantes fora das regiões metropolitanas. Há na literatura diferentes autores que procuram caracterizar esse processo por meio de diferentes termos como involução urbana ou metropolitana (Santos 1996), urbanização extensiva (Monte-Mor 1994), contra-urbanização (Berry 1976) e, mesmo, implosão/explosão metropolitana (Lefebvre 1999) como marco da propagação de uma “sociedade urbana”.

Podem-se identificar duas perspectivas distintas a respeito da interpretação desses processos de expansão. Por um lado, há aqueles que admitem o processo de um espraiamento para além das fronteiras metropolitanas e, inclusive, identificam o advento de uma *nova geografia* de cobertura global baseada na valorização das cidades à medida que assumem um crescente número de funções globais e no conseqüente surgimento de novas centralidades no sistema das cidades mundial (vide p. ex. Mattos, 2001). Porém, esse processo não passa, conforme o mesmo autor, de uma “metropolização expandida, na qual, progressivamente, vão ser ocupadas as aldeias e áreas rurais que se encontram em seu caminho, transbordando uma e outra vez seus limites anteriores.” Mattos, como muitos outros autores – vide, para o caso do Rio de Janeiro, particularmente Castello Branco (2006) –, não considera essas tendências como novas, mas

[...] como uma culminação lógica e previsível de uma forma de urbanização capitalista, que já se havia anunciado antes. E que, portanto, a partir dessa perspec-

tiva, o tipo de cidade que agora se está desenvolvendo seria o resultado de um conjunto de mutações perfeitamente compatíveis com a modalidade específica daquela urbanização cujas origens seguramente deve se situar no momento em que se inicia a revolução industrial. (Mattos 2001)

Entretanto, existe uma forma diferente de interpretar os mesmos processos. Aguilar (2002) chega a conclusões que contradizem essa visão de Mattos a partir do estudo do desenvolvimento econômico e da estrutura territorial metropolitana da Cidade de México. Para Aguilar, os estudos sobre o papel das grandes cidades dentro da economia global negligenciam o desenvolvimento das periferias metropolitanas e, por causa disso, não conseguem identificar que a expansão metropolitana está adquirindo uma forma diferente daquela do passado recente.

Em anos mais recentes, podemos apreciar que na medida em que diminuiu o crescimento da grande metrópole, continuou um importante crescimento das cidades intermediárias próximas à primeira, com o qual tem aumentado uma marcada concentração de atividades produtivas e de população urbana em uma “região central” que contém a maior cidade do país, mas cobre um território muito mais amplo. (2002)

Acrescenta ainda que

[...] as expandidas e cada vez mais difusas periferias metropolitanas ao redor dessas grandes cidades tornaram-se sumamente

importantes para entender a natureza em mudança das megacidades; ... Em termos territoriais, a megacidade apresenta na atualidade uma expansão mais policêntrica através de centros e subcentros urbanos que seguem um padrão de rede que tende a ampliar-se ao longo das principais rodovias e ferrovias que saem em forma radial do centro da grande cidade. (Ibid.)

Adotamos, no presente ensaio, uma perspectiva que corresponde àquela de Aguililar. Procuramos, indo além disso, investigar e entender melhor aquela realidade que esse autor chama de “difusas periferias metropolitanas”. Na medida em que não descartamos a presença de uma nova dinâmica urbana nessas periferias fora das regiões metropolitanas, parece-nos justificado designá-las com um nome próprio que tanto expresse sua distinção em relação à metrópole e sua área de influência, como faça alusão ao fato de que essa realidade não possa ser entendida sem a presença da metrópole. Parecia, então, a qualificação de “perimetropolitana” bastante adequada para a designação de um conjunto de municípios limítrofes às regiões metropolitanas dessas áreas (vide Randolph, 2004, 2005). Na literatura, esse termo surgiu ao menos desde o início da década de 1990 (Hart, 1991) em investigações fundamentalmente na Austrália, que diziam respeito às metrópoles daquele país (vide, por exemplo, Murphy e Burnley, 1993; Burnley e Murphy, 2002).

Inicialmente, a denominação perimetropolitana pode ser entendida enquanto analogia com o termo “periurbano”, que se refere a alguma franja urbana e pretende designar a interface entre o urbano e o rural (Espana, 1991;

Pereira, 2000; Furtado, 2005): uma realidade que talvez não seja mais rural, mas que também não pode ser considerada plenamente urbana. O termo “perimetropolitano”, denominaria, nesse sentido, uma área de interface entre o metropolitano e um território urbano-regional que está próximo à região metropolitana, mas que tem e mantém alguma característica própria. Pois, nos municípios nessa área de interface entre metrópole e região, a problemática periurbana parece estar bastante presente e importante à medida que se observam transformações das relações entre áreas urbanas e rurais nesses lugares (Randolph, 2005). Ao nosso ver, o perimetropolitano distingue-se assim do “proto” metropolitano, que pode fazer referência ao processo de uma transição de uma área não metropolitana em metropolitana (vide essas denominações usadas pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa, 2007)

Em síntese, para tornar mais nítido e rigoroso o termo perimetropolitano, é preciso, antes de tudo, esclarecer a definição e a delimitação das próprias regiões metropolitanas. Diferentes perspectivas e procedimentos de sua formação, implicação, logicamente, diferentes significados de sua possível área perimetropolitana relacionada. O caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é uma instrutiva referência: criada e modificada, em termos legais, por Leis Complementares estaduais, essa região tem sido redefinida em vários momentos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

O uso do termo perimetropolitano exige, portanto, que seja explicitada, brevemente, a

natureza da noção da região metropolitana na qual se apóia. Sem entrar numa discussão mais profunda da vasta bibliografia existente a respeito da metrópole e de sua região, serão apresentadas, no item seguinte, abordagens com uma preocupação mais operacional de delimitação – e seus critérios – dessas regiões.

A criação e a delimitação de regiões metropolitanas

Nos diferentes países do mundo, as áreas metropolitanas foram definidas e delimitadas a partir de diversos e diferentes critérios e métodos. Uma breve síntese a respeito daqueles países que fazem parte da Organização para o Desenvolvimento e Co-Operação Econômica (ODCE ou OECD) encontra-se em recente estudo dessa organização (OECD, 2006, pp. 245-249). Nos Estados Unidos, por exemplo, as áreas metropolitanas começaram a ser delimitadas na década de 1950, sendo denominadas Standard Metropolitan Areas (SMA). No decorrer dos anos, as áreas sofreram diversas alterações na sua denominação; ao mesmo tempo em que foram aprimorados os critérios de sua definição. Na década de 1990, as unidades regionais foram, finalmente, denominadas Metropolitan Areas, segundo o *Geographic Areas Reference Manual* da administração federal daquele país (GARM, 1994). De acordo com Moura e Firkowski (2001), essas áreas

[...] são designadas e definidas pelo Federal Office of Management and Budget (OMB), e utilizadas para coleta e produ-

ção de dados oficiais com vistas a publicação do censo norte americano, tendo, portanto um objetivo bem preciso e definido. (2001, p. 106)

No Brasil, as regiões metropolitanas foram pensadas e instituídas a partir da década de 1960 sob influência francesa. Lá, na França, a questão metropolitana despertou uma certa preocupação a partir da década de 1960, quando o governo francês pôs em ação o programa denominado Metrôpoles de Equilíbrio, no qual foram eleitas oito metrópoles regionais, que seriam

[...] capazes de delimitar regiões pela influência de seu terciário de alto nível, [assegurando] uma autonomia ..., passando a capital nacional a ter apenas um papel superior de coesão dessas unidades funcionais. (Rochefort, 1998, p. 154)

Durante o governo militar no Brasil, a razão do reconhecimento formal das metrópoles era dupla: sob o ângulo econômico, tornar mais racional a prestação dos chamados serviços de interesse comum, ou seja, serviços que interessam a mais de um município e que podem ser mais inteligentemente oferecidos por meio de uma gestão integrada; e sob o ângulo da geopolítica interna, na qual buscava-se intervir mais facilmente nesses espaços-chave da vida econômica e político-social brasileira (Souza, 2003, p. 35).

As regiões metropolitanas foram inicialmente criadas, sob parâmetros político-institucionais, pelo Congresso Nacional no início da década de 1970, época que se instalaram nove regiões metropolitanas no território

brasileiro: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, de acordo com a lei nº 14 e 20/1973. Porém, na Constituição Federal de 1988, a competência de criação e alteração de regiões metropolitanas passou da União para os Estados da federação que estabeleceram, nas suas respectivas Constituições Estaduais, os parâmetros legais para tais atos. Em geral, tanto regiões metropolitanas, como microrregiões e conurbações podem ser criadas através de Lei Complementar (Gouvêa, 2005, pp. 127-163).

No âmbito da presente discussão, os processos e critérios políticos responsáveis para a instalação legal da figura da região metropolitana, apesar de ser da maior importância, não serão considerados determinantes ou preponderantes; acredita-se que mesmo decisões políticas não sejam totalmente autônomas, mas refletem algum grau de "racionalidade econômico-social" (interesses, grupos, etc.) da área em questão. Senão, a distinção entre as áreas dentro e fora da região metropolitana seria exclusivamente baseada em razões político-administrativas. Para nossa discussão, é imprescindível tentar compreender tanto a região metropolitana como, conseqüentemente, a perimetropolitana a partir de uma concepção complexa do espaço socioespacial (vide Lefebvre, 1991). Em última instância, essa concepção abrange também a dimensão política na sua articulação com as demais.

Entende-se, aqui, as regiões metropolitanas como formações socioespaciais resultantes de um estágio de maior complexidade do processo de urbanização atuante no mundo contemporâneo, denominado metropoli-

zação. No Brasil, o fenômeno metropolitano chega ao seu ápice a partir da década de 1960, quando o processo de urbanização alcança novo patamar, baseado no aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias – em torno de meio milhão de pessoas, como indica Santos (1996), tendo as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo como as principais áreas de maior complexidade do território, devido ao elevado movimento migratório e à densificação populacional desses espaços.

Dentro dessa perspectiva existem diferentes propostas operacionais para identificar os limites de uma região metropolitana. No caso norte-americano (EUA), as variáveis para a definição do caráter metropolitano de uma aglomeração urbana são as seguintes: a) densidade da população residente; b) percentagem de população classificada como urbana; c) crescimento percentual da população entre os dois períodos intercensitários anteriores; d) existência de uma cidade central com 50 mil habitantes ou mais, ou presença de uma população total na área urbanizada (em conjunto com os condados adjacentes) de, pelo menos, 100 mil habitantes (GARM, 1994). Além desses, existe ainda uma série de critérios que se associam para a inclusão de municípios mais afastados na Área Metropolitana (Moura e Firkowski, 2001, p. 106). Atualmente, existem 250 Áreas Metropolitanas no território norte-americano, sendo a sua experiência um marco na referência quanto a parâmetros utilizados para definição de unidades similares, nacional e internacionalmente.

Com já mencionado antes, a OECD acabou de lançar um relatório de avaliação

das características e transformações em 78 regiões metropolitanas dos seus países membros (OECD, 2006). Para fins da identificação das metrópoles nesses países – o Brasil não é membro da OECD, ao contrário do México –, o relatório apresenta uma discussão sobre variáveis e critérios adotados (ibid., p. 36 e pp. 250-271). Se não cabe aplicar os critérios no nosso caso, as variáveis utilizadas parecem-nos mais adequados do que aquelas do censo norte-americano:

The Metropolitan database is based on four criteria. The first criterion is based on population size and a threshold of 1,5 million people is set to consider the region as metropolitan. Second, the density of population should exceed a critical value set at 150 people per km². These types of regions are considered as predominantly urban; ... Third, it is also fundamental that these regions with large and dense populations constituting urban areas represent a contained labour market. In order to define labour markets, commuting flows are used to calculate net migration rates. ...Hence, metro-regions among predominantly urban areas (large and densely populated) are those for which the net commuting rate does not exceed 10% of the resident population. The fourth criterion has been set to include a small number of important cities in their national context. (Ibid., p. 36)

Resumindo, para nossa discussão, parece oportuno considerar três das mencionadas variáveis – sem os valores que lhes foram atribuídos pela OECD – para identificar uma região metropolitana; a saber: (a) o tamanho

populacional, que tem pouca importância no nosso caso da investigação das áreas em torno das quatro maiores cidades do Brasil; mas pode tornar-se relevante quando se pensam nas regiões metropolitanas criadas mais recentemente no interior do Paraná e em Santa Catarina; (b) a densidade populacional – utilizada também por Castello Branco (2006) – que indica a predominância de áreas urbanas em relação a áreas rurais, mais esparsamente ocupadas; e (c) o fluxo pendulário de trabalhadores (e estudantes) entre os municípios – outra variável presente na análise de Castello Branco (ibid.) – que seria a expressão de um mercado de trabalho articulado dentro de uma região metropolitana.

Com essas variáveis será realizado um primeiro e provisório confronto entre as regiões metropolitanas das quatro metrópoles e suas áreas perimetropolitanas no item seguinte.

Identificação das áreas perimetropolitanas de quatro regiões metropolitanas brasileiras

Na nossa análise, adotamos duas determinações para a seleção dos municípios, tanto metropolitanos como perimetropolitanos enquanto hipóteses de trabalho: primeiro, aceitamos, por ora, as delimitações das quatro regiões metropolitanas como foram estabelecidas pelas respectivas assembleias legislativas dos seus estados. Os dados trabalhados por nós podem servir, assim, como referência até que ponto essa delimitação política é adequada às variáveis que acaba-

Tabela 1 – Municípios das Regiões Metropolitanas (RM) e Áreas Perimetropolitanas (APeM) de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador

São Paulo	Região metropolitana	Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Moji das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista (39 municípios).
	Área perimetropolitana	Araçariguama, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Caraguatatuba, Ibiúna, Igaratá, Itariri, Jacareí, Jarinu, Jundiá, Miracatu, Nazaré Paulista, Paraibuna, Pedro de Toledo, Santa Branca, São Roque, São Sebastião e Várzea Paulista (21 municípios).
Rio de Janeiro	Região metropolitana	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (17 municípios).
	Área perimetropolitana	Cachoeiras de Macacu, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Maricá, Mendes, Miguel Pereira, Petrópolis, Rio Bonito, Saquarema e Teresópolis (10 municípios).
Belo Horizonte	Região metropolitana	Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mario Campos, Mateis Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano (34 municípios).
	Área perimetropolitana	Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Morais, Santa Bárbara, São José da Varginha e Sete Lagoas (14 municípios).
Salvador	Região metropolitana	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz (10 municípios).
	Área perimetropolitana	Jaguaripe, Mata de São João, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Sebastião do Passe e Saubara (6 municípios).

mos de mencionar; e, segundo, serão considerados municípios perimetropolitanos apenas aqueles que são limítrofes com a fronteira da região metropolitana; certamente, essa segunda restrição, em particular, precisa ser revista em estudos posteriores.

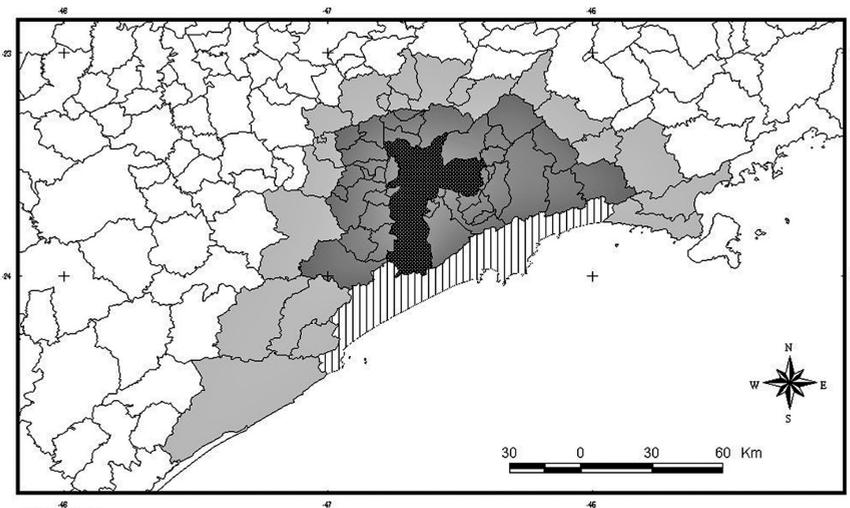
Os nomes dos municípios selecionados a partir desses critérios encontram-se na Tabela 1; para cada uma das áreas em torno das quatro metrópoles há uma linha com os nomes dos municípios que fazem parte da região metropolitana; e uma segunda linha com aqueles que pertencem à área perimetropolitana (APeM). Já se observa a configuração bastante distinta entre as quatro áreas por nós consideradas.

Uma melhor – se bem incipiente – impressão dessas diferenças ganha-se ainda a partir dos mapas que se seguem nas páginas subsequentes. A própria localização geográfi-

ca dos municípios-núcleo tem uma influência importante na conformação, tanto da região metropolitana como da sua área perimetropolitana. No caso de São Paulo, nota-se ainda a proximidade imediata de uma segunda região metropolitana que inibe a extensão de uma área perimetropolitana para o sul. As localizações de Rio de Janeiro e Salvador na costa do Atlântico são outro determinante que impede qualquer possibilidade de crescimento em determinadas direções.

Em relação aos dados da densidade demográfica (habitantes por km²) e da taxa de urbanização encontrados, tanto nos municípios-núcleo, nas suas regiões metropolitanas (RM) como nas respectivas áreas perimetropolitanas (APeM) a Tabela 2 apresenta uma diferenciação bastante nítida entre os quatro casos estudados.

a) Região Metropolitana de São Paulo e sua Área Perimetropolitana

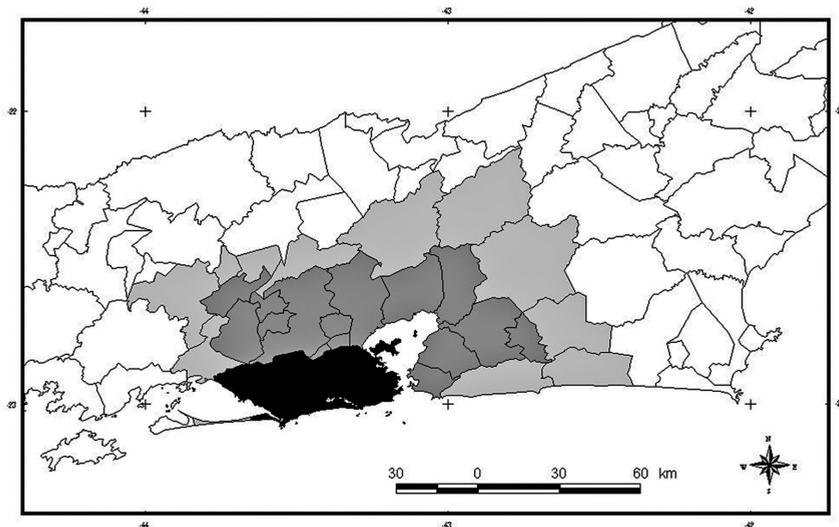


LEGENDA:

-  Município-núcleo
-  Região Metropolitana de São Paulo (com exceção do município-núcleo)
-  Área Perimetropolitana
-  Região Metropolitana da Baixada Santista

Elaborado por Labore, 2007

b) Região Metropolitana do Rio de Janeiro e sua Área Perimetropolitana

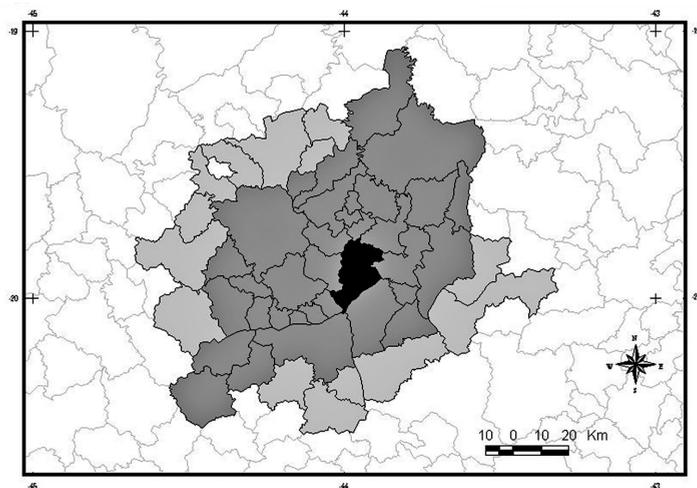


LEGENDA:

- Município-núcleo
- Região Metropolitana do Rio de Janeiro (com exceção do município-núcleo)
- Área Perimetropolitana

Elaborado por Labore, 2007

c) Região Metropolitana de Belo Horizonte e sua Área Perimetropolitana

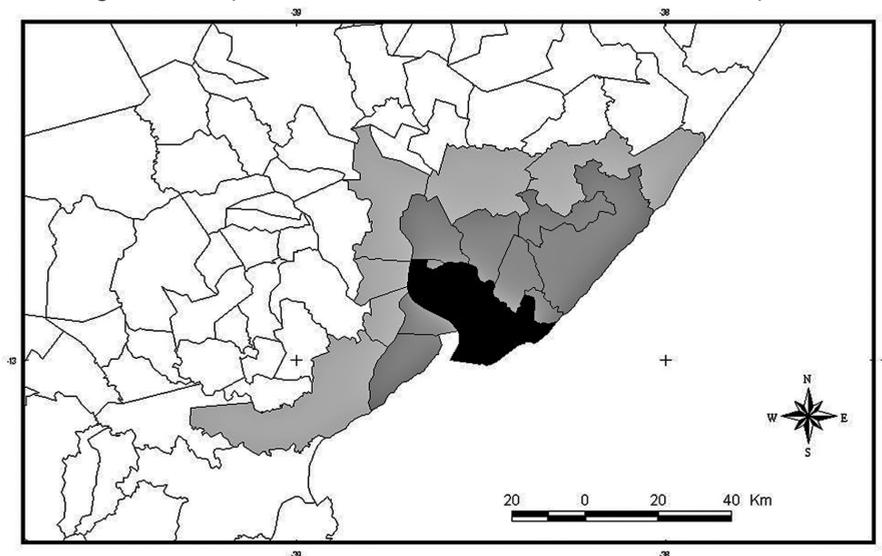


LEGENDA:

- Município-núcleo
- Região Metropolitana de Belo Horizonte (com exceção do município-núcleo)
- Área Perimetropolitana

Elaborado por Labore, 2007

d) Região Metropolitana de Salvador e sua Área Perimetropolitana

**LEGENDA:**

■ Município-núcleo

■ Região Metropolitana de Salvador (com exceção do município-núcleo)

■ Área Perimetropolitana

Elaborado por Labore, 2007

Tabela 2 – Densidade demográfica

	Densidade demográfica hab/km ² em 2000	Taxa de urbanização em 2000		
		Média	Maior taxa	Menor taxa
São Paulo				
Município-núcleo	6.808,1	94,0	-	-
RM	2.853,0	94,6	100,0	60,9
APeM	289,9	73,7	100,0	31,1
Rio de Janeiro				
Município-núcleo	4.627,9	100,0	-	-
RM	2.845,2	94,5	100,0	67,4
APeM	175,0	85,7	99,0	65,3
Belo Horizonte				
Município-núcleo	6.718,0	100,0	-	-
RM	558,0	80,5	100,0	26,3
APeM	71,6	70,8	97,8	35,1
Salvador				
Município-núcleo	3.440,3	100,0	-	-
RM	794,0	93,0	100,0	81,8
APeM	63,2	67,4	98,9	34,5

Fonte: Censo demográfico de 2000, do IBGE.

Os números a respeito da densidade mostram um padrão semelhante entre os quatro casos: como era de se esperar, nota-se um declínio da densidade do município-núcleo para a Região Metropolitana (RM) e, mais acentuado ainda, para as Áreas Perimetropolitanas (APeM). A mesma tendência observa-se em relação às taxas de urbanização. Só o município de São Paulo apresenta uma taxa que não alcança os 100%; e mesmo nas RM e APeM há municípios que apresentam essa taxa ou chegam próxima dela. Quando se analisam as taxas médias de urbanização nas RM e se as comparam com as das APeM, identifica-se uma significativa diferença entre as duas áreas. Apenas a RM de Belo Horizonte apresenta um índice de urbanização inferior a 90%; já em

relação à urbanização na APeM, o Rio de Janeiro conta com municípios com maior taxa (em média 86 %).

Em resumo, julgando mais pelo índice da densidade populacional do que pela taxa de urbanização, o perfil das Áreas Perimetropolitanas apresenta-se como menos “urbano” do que o da metrópole (núcleo) e sua periferia; o que não significa nenhuma surpresa, em princípio. Vale notar, entretanto, que os dados a respeito dos quatro casos indicam realidades bastante distintas para suas respectivas áreas.

Na Tabela 3 encontram-se dados a respeito da população total nas quatro RM e APeM estudadas e sua distribuição, em cada caso, entre as três categorias territoriais por nós trabalhadas.

Tabela 3 – Comparação da distribuição da população nas quatro metrópoles

	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador
Total (Núcleo + RM + APeM)	29.566.294	17.355.827	7.058.265	5.629.613
Município-núcleo	35,30	33,75	31,71	43,40
Região Metropolitana	60,47	61,71	61,75	53,67
Área Perimetropolitana	4,23	4,54	6,54	2,93
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo demográfico de 2000, IBGE.

O padrão dessa distribuição é bastante parecido nas três metrópoles do Sudeste. Um pouco mais de 30% – entre 32 e 35% – da população reside em 2000 no núcleo da metrópole. Na sua periferia habita aproximadamente 60% da população total; ficando entre 4 a 6,5% da população no entorno das respectivas Áreas Perimetropolitanas. Consi-

derando a baixa densidade populacional nas APeM, a extensão territorial é muito maior do que a participação da população residente indica.

O caso de Salvador não se encaixa exatamente nesse padrão, na medida em que há uma concentração maior da população no próprio município-núcleo e uma parcela

menor morando nas periferias da metrópole e, menor ainda – apenas 3% –, na sua APeM. Esses dados podem indicar que a dinâmica da expansão de Salvador seja diferente daquelas das outras três metrópoles.

A Tabela 4 contém dados dos Censos Demográficos de 1999 e 2000, do IBGE,

tanto sobre o crescimento populacional entre 1980 e 2000, como também sobre os movimentos pendulares entre os municípios no ano 2000, diferenciados pelas três categorias territoriais por nós utilizado: o crescimento no município-núcleo, na periferia (RM) e no seu entorno (APeM).

Tabela 4 – Crescimento populacional e movimento pendular (mobilidade)

	População residente 2000	Crescimento populacional (%)		Mobilidade (%)		
		1980-1991	1991-2000	Média	Pico	Média dos 20% mais
São Paulo						
Município-núcleo	10.435.546	13,58	8,18	-	-	-
RM	17.879.997	22,69	15,77	13,8	13,8	13,8
APeM	1.250.751	35,69	24,74	6,5	6,5	6,5
Total	29.566.294					
APeM/Núcleo	12,0%					
APeM/RM	7,0%					
Rio de Janeiro						
Município-núcleo	5.857.904	7,66	6,88	-	-	-
RM	10.710.515	11,67	10,54	16,5	16,5	16,5
APeM	787.408	17,09	20,26	6,4	6,4	6,4
Total	17.355.827					
APeM/Núcleo	13,4%					
APeM/RM	7,4%					
Belo Horizonte						
Município-núcleo	2.238.526	13,44	10,81	-	-	-
RM	4.358.171	31,36	23,71	11,2	11,2	11,2
APeM	461.568	32,89	19,21	4,6	4,6	4,6
Total	7.058.265					
APeM/Núcleo	20,6%					
APeM/RM	10,6%					
Salvador						
Município-núcleo	2.443.107	38,17	17,72	-	-	-
RM	3.021.572	41,31	21,03	6,0	6,0	6,0
APeM	164.934	7,57	8,32	5,7	5,7	5,7
Total	5.629.613					
APeM/Núcleo	6,8%					
APeM/RM	5,5%					

Os dados desses movimentos pendulares foram calculados a partir das informações do Censo Demográfico de 2000 acerca da população residente num município que trabalha e estuda em outro município. Desconsideramos os dados respectivos aos municípios núcleos que são, via de regra, inexpressivos.

É interessante observar, que as taxas de crescimento nas Áreas Perimetropolitanas eram maiores do que as das outras duas áreas nos três casos do Sudeste entre 1980 e 1990; e mesmo, na década de 1990, essa tendência mantém-se, em geral, em São Paulo e no Rio de Janeiro num patamar de valores bem abaixo daquelas da década anterior. Em Belo Horizonte, o crescimento na APeM vai ser superado pela RM, que se mantém, em comparação às outras duas metrópoles, ainda muito alta (quase 24% em 9 anos). Por outro lado, vale notar que é no entorno do Rio de Janeiro que a taxa de crescimento experimenta um aumento de 17% na década de 1980 para 20% na década de 1990, contrariando a tendência das outras duas metrópoles do Sudeste.

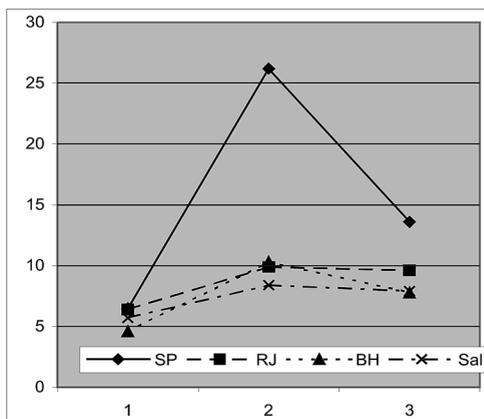
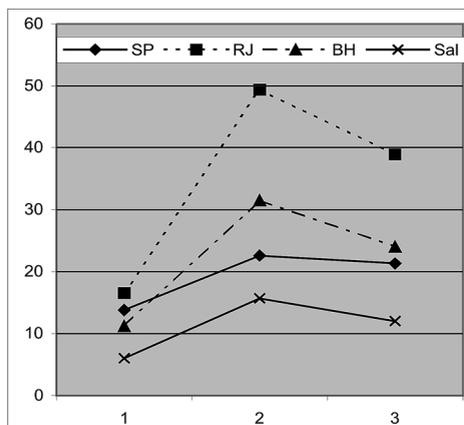
Essa tendência de aumento da taxa de crescimento nas APeM verifica-se também em Salvador; se bem que o padrão apresentado por essa metrópole é de novo bastante distinta das demais. As taxas de crescimento populacional na década de 1980 no núcleo e na periferia da metrópole foram bastante superiores àquelas das metrópoles do Sudeste. Seu declínio fundamentalmente na periferia (RM) na década de 1990 é muito elevado, ficando até abaixo da periferia de Belo Horizonte. Já o aumento mencionado do crescimento populacional no entorno da metrópole (APeM), entre as décadas de 1980 e 1990, partiu de

um patamar baixíssimo quando comparado com os três outros casos: na década de 1980, essa área apresentou uma taxa que não chegou nem a um quinto da taxa de crescimento populacional o que indica uma alta concentração da expansão populacional no interior da metrópole.

Os dados relativos à participação da população residente em 2000 na APeM confirmam esse padrão, particularmente em relação ao núcleo da metrópole: se no Sudeste essa parcela corresponde a 12 a 20% da população do núcleo, em Salvador não chega nem a 7%.

Como uma das variáveis mais importantes para a delimitação de regiões metropolitanas, que tinha sido apontada anteriormente, aquela dos fluxos pendulares (*commuting*) pode dar indícios sobre a articulação entre os municípios em termos do mercado de trabalho. Na Tabela 4 encontram-se dados sobre a população residente num município que trabalha ou estuda em outro (também fora da própria unidade da federação, que vamos negligenciar por ora). Na coluna sobre as médias, fez-se o cálculo – tanto para os municípios pertencentes às RM e as APeM – da média dessa população em relação à população total municipal. Na coluna sobre o valor pico indicou-se o maior valor encontrado entre os municípios de um grupo. Na terceira coluna sobre a “média dos 20% mais” calculou-se uma média apenas daqueles 20% dos municípios de cada grupo (vide Tabela 1) com os maiores valores relativos referente à população que estuda e trabalha fora do município; é uma medida da concentração da articulação entre os municípios de cada grupo. Se o valor dessa média fica próximo à da média em geral

Gráficos 1 e 2 (médias e picos)



(coluna 1), isso significa uma distribuição bastante equitativa das taxas entre os municípios; e vice-versa: se ficar próximo ao pico e longe da média mostra que poucos municípios têm uma elevada articulação com a metrópole.

Nos Gráficos 1 e 2, elaborados a partir da Tabela 4, identifica-se que, para as RM das quatro metrópoles (Gráfico 1) o caso do Rio de Janeiro apresenta um pico muito alto (coluna 2) e relação à média geral (coluna 1); um padrão que se repete em grau menor nos outros três casos e indica uma concentração da articulação em relativamente poucos municípios. Já nos municípios das APeM (vide Gráfico 2), além de seus valores mais baixos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador apresentam uma distribuição relativamente homogênea de articulação. A exceção fica por conta de São Paulo, onde há um pico muito alto em um município.

A comparação entre as quatro regiões metropolitanas precisa ser realizada com bastante cuidado, tendo em vista suas diferenças,

não apenas em relação ao número de moradores e número de municípios, mas também a sua própria configuração territorial. Os mapas seguintes pretendem dar uma primeira impressão dessas diferenças que, em parte, são resultado da própria localização geográfica de cada região – tanto em relação ao ambiente natural como ao construído. A seguir, observa-se o município-núcleo, os municípios circundantes que fazem parte da respectiva região metropolitana (conforme definida legalmente) e a área perimetropolitana com relação aos quatro casos acima analisados: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador/Bahia

Em síntese, a comparação entre as regiões metropolitanas e as áreas perimetropolitanas no caso das quatro principais metrópoles do país confirma basicamente as expectativas a respeito das características investigadas dessas últimas áreas: de uma maneira genérica, podem ser descritas como áreas de relativamente baixa densidade populacional, tendo municípios com taxa de urbanização

ainda não muito elevada, com uma articulação reduzida com outros municípios e, certamente, também com a metrópole; mas com taxas de crescimento populacional elevadas. Entretanto, mesmo com o cumprimento das expectativas, os dados indicam também que cada uma dessas áreas deve ser tratada em sua singularidade, mesmo naqueles casos em que as regiões metropolitanas de referência apresentam determinados traços comuns – como vimos em relação às metrópoles do Sudeste. Essa singularidade representa exatamente sua “essência” e sua potencialidade: que não apresentam o mesmo padrão de ocupação e desenvolvimento como a metrópole e sua periferia imediata que, até certo ponto, reproduzem determinados esquemas de segregação socioespacial.

Conclusão e perspectivas: o caso do Rio de Janeiro

Lembramos que nosso ponto de partida foi o questionamento relativo a novas formas de mobilidades e suas possíveis conseqüências para o futuro das metrópoles no Brasil e no mundo, tendo em conta que já hoje se observa sua expansão para áreas que ultrapassam as tradicionais fronteiras das regiões metropolitanas. Não foi a nossa intenção – especialmente quando nos empenhamos numa comparação entre as quatro principais metrópoles do país através de dados estatísticos – de encontrar e desvendar esses processos em sua concretude; mas desenhar um quadro mais geral no qual esse processo está se escrevendo já desde que começou.

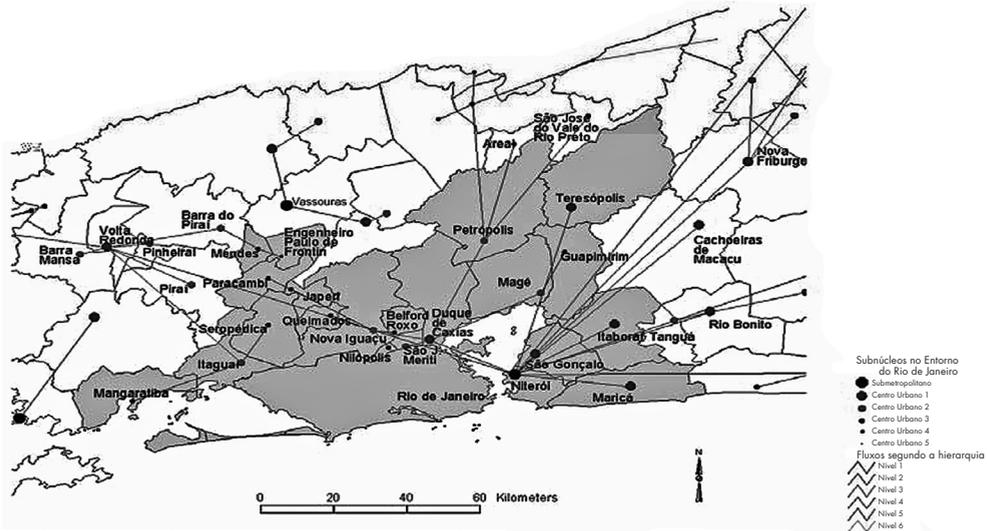
Os fenômenos encontrados na nossa própria investigação e em pesquisas acerca dessa temática são apenas fracos indícios de uma realidade profundamente alterada pela acima apontada nova qualidade da mobilidade. Apesar do inquestionável mérito das pesquisas empíricas e estatísticas a respeito das transformações das metrópoles contemporâneas – como aquela que acabamos de realizar aqui –, seu valor parece limitado quando se encara o processo de mudança em toda sua profundidade.

Dentro desse quadro geral das transformações que observamos aqui nos últimos 20 a 25 anos, para avançar no entendimento dos processos, é necessário empreender pesquisas estatísticas mais sofisticadas como aquelas como, no caso do Rio de Janeiro, as de Castello Branco (2006). Na análise dos fluxos de movimentos pendulares, essa pesquisadora identificou uma rica rede de articulações em torno da metrópole do Rio de Janeiro como pode ser vislumbrado na Figura 1.

Para outras metrópoles brasileiras, devem existir abordagens semelhantes; só citamos dois estudos recentes que investigaram os casos de São Paulo e Belo Horizonte, considerados na nossa comparação acima: a investigação e a análise realizadas por Sathler e Miranda (2006) sobre São Paulo e o estudo de Souza e Brito (2006) sobre Belo Horizonte.

Essas pesquisas estatísticas precisam ser complementadas e balizadas, por outro lado, por investigações de determinados aspectos das mudanças que são considerados relevantes e pertinentes para caracterizar qualitativamente as transformações que apenas estão se anunciando nas áreas perimetropolitanas. Um

Figura 1 – Espaço urbano do Rio de Janeiro
Fluxos de Movimento Pendular excluindo a Metrôpole do Rio de Janeiro



desses aspectos – parcial, mas que pode ilustrar a questão da continuidade ou ruptura – é a investigação das próprias formas que as ocupações urbanas estão assumindo nessas áreas perimetropolitanas. A temática dos condomínios fechados, por exemplo, parece-nos oferecer uma oportunidade para realizar estudos comparativos entre a proliferação dessa modalidade de habitação (produto imobiliário) dentro do núcleo e mesmo periferia do Rio de Janeiro e sua difusão nas áreas semi-rurais ou periurbanas nos municípios do entorno da metrópole (vide, por exemplo, Randolph e Lopes, 2006). Uma outra questão que está presente em uma boa parte dos municípios perimetropolitanos do Rio de Janeiro é a da segunda residência e do turismo de fim de semanas. Trata-se aqui de formas intermitentes de ocupação de residências fora da metrópole que podem facilmente ser transformada em permanentes.

É essa potencialidade de uma certa “flexibilidade da função” – sob constância da forma – que nos leva a chamar atenção, no final do nosso pequeno ensaio, para o fato de que cada investigação pressupõe um certo posicionamento – muitas vezes implícito – com relação ao seu “objeto” ou aquilo que compreende como sua “realidade”. A problemática apresentada nesse pequeno ensaio só vai poder ser investigada adequadamente, ao nosso ver, se a “realidade” estudada for compreendida a partir do conceito de Lefebvre, que atribui ao real uma virtualidade própria e propõe identificar, nela mesma, seu potencial futuro – possibilidades que podem (ou não) se tornar real (Lefebvre, 1999, p. 16).

Nesse sentido, entende-se que a acima mencionada “nova mobilidade” precisa ser compreendida ainda hoje como uma (poderosa) potencialidade cuja “realização” não depende apenas do avanço de mudanças

tecnológicas, organizacionais, profissionais (atuais e futuras). Pois sua concretização em forma de projetos provavelmente conflitantes dependerá de complexos condicionantes econômicos, sociais, políticos e culturais. O que não nos inibe de trabalhar com a hipótese de que esses fenômenos estão apontando para uma transição de uma forma de sociedade (mais ou menos sob hegemonia da indústria e do capital) para uma outra, que ainda está em vias de nascer; transição, então, que ultrapassa o mero âmbito das grandes cidades e metrópoles e envolve toda a sociedade (e território) na medida em que aponta para o declínio da sociedade industrial e o advento de uma “sociedade urbana” (ibid., 1999).

Pois, inicialmente – e provavelmente por muito tempo, se pensarmos nas escalas temporais das grandes mudanças na humanidade –, deve ser difícil reconhecer essas transformações no espaço, como nos alerta Milton Santos, quando fala a respeito do poder de perpetuação do espaço sobre uma sociedade por ela mesma construído:

Muitos dos que se inclinam para o papel do espaço nas transformações sociais imaginam que um automatismo é possível. O fato, porém, é que cada estrutura do todo reproduz o todo. Assim, em uma fase de transição, as estruturas vindas do passado, ainda que parcialmente renovadas, tenderão a continuar reproduzindo o todo tal com era na fase precedente. Todavia, se cada estrutura conhece o seu próprio ritmo de mudança, a estrutura do espaço é a instância social de mais lenta metamorfose e adaptação. Por isto, ela

poderá continuar, por muito tempo, a reproduzir o todo anterior, a situação que se deseja eliminar. (2004, pp. 75-76, destaque nosso)

Não obstante, sabe-se que não existe, no espaço, uma determinação absoluta entre forma e função. A investigação das novas tecnologias de comunicação em pesquisas anteriores (Randolph 1998, 1999, 2000a, 2000b) permitiu identificar, se bem pontualmente, exemplos espalhados pelo mundo afora da manutenção de certas formas espaciais que sofreram uma radical mudança na sua função, não exclusivamente, mas em boa parte devido às possibilidades que as tecnologias oferecem para uma nova gestão dos fluxos de informação e comunicação. Nesses casos, nas palavras de Milton Santos, os antigos objetos geográficos – ligeiramente modificados em geral – assumem novas funções. Esse autor vê nessa possibilidade uma maneira de contribuir para a reestruturação da sociedade:

Para superar a aparente inevitabilidade da “contrafinalidade” própria à matéria inerte, será preciso criar novos mecanismos que revertam as tendências herdadas do modo de produção precedente e inventar outros objetos geográficos, dotados de finalidade em consonância com o novo modo e destinados sobretudo a ajudar a liberação do homem e não a sua dominação.

Em uma primeira fase, de transição, as formas poderão continuar quase as mesmas, enquanto o conteúdo e os fluxos mudarão de natureza. Mas em algum momento posterior, a alteração do conteúdo será

acompanhada ou precedida pelas mudanças das formas.

Certas formas espaciais do passado poderão ser reabilitadas pela simples atribuição de novas finalidades. (2004, p. 81, destaques nossos)

E, num primeiro momento, foi esse potencial que julgamos presente em determinadas partes da franja metropolitana do Rio de Janeiro, de uma reabilitação de formas espaciais pela simples atribuição de novas finali-

dades que orientou a atenção da nossa pesquisa: imaginamos que ali haveria uma chance maior – em relação a outras áreas – para o surgimento de uma nova mobilidade e para a realização mais imediata de mudanças na sua estrutura espacial, inclusive a da metrópole inteira. A resposta à pergunta sobre “continuidade” ou “ruptura” não cabe, em última instância, à pesquisa, mas à atuação de todas as realidades das quais somos partícipes e protagonistas.

Rainer Randolph

Doutor em Ciências Econômicas e Sociais, professor titular no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional-IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)
rainer.randolph@gmail.com

Pedro Henrique Oliveira Gomes

Estudante de Geografia, bolsista no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional-IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)
peagaoligom@yahoo.com.br

Referências

- AGUILAR, A. G. (2002) Las mega-ciudades y las periferias expandidas. *EURE*, v. 28, n. 85, pp. 121-149.
- ARMIJO Z., G. (2000) La faceta rural de la región metropolitana: entre la suburbanización campesina y la urbanización de la elite. *EURE*, v. 26, n. 78, pp. 131-135.
- BERRY, B. (1976). The counterurbanization process: urban America since 1970. In: BERRY, B. (ed.). *Urbanisation and counterurbanisation*. Beverly Hills, London, Sage.
- BURNLEY, I. H. e MURPHY, P.A., (2002). The population turnaround in New South Wales. *Journal of Population Research*, v. 19, n. 2, pp. 137-154.
- CASTELLO BRANCO, M. L. (2006). *A dinâmica metropolitana, movimento pendular e forma urbana: o espaço urbano do Rio de Janeiro*. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. *Anais...* Caxambu, MG, Brasil, de 18 a 22 de setembro.

- EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMPLASA (2007). *Complexo Metropolitano Expandido* (CME). Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br/metropoles/cme.asp>. Acesso: fev. 2007.
- ESPAÑA, E. D. (1991). *La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya*. Valencia, Universidad de Valencia.
- FURTADO, M. F. R. G. (2005). *Áreas de interface periurbana: uma nova territorialidade*. In: Congresso Internacional de em Planejamento e Gestão Ambiental - Desafios Ambientais da Urbanização. *Anais...* Brasília, DF, v. 1.
- GARM – *Geographic Areas Reference Manual* (1994). US Department of Commerce Economics and Statistical Administration. Bureau of the Census. Disponível em: www.census.gov.
- GOUVÊA, R. G. (2005). *A questão metropolitana no Brasil*. São Paulo, Editora FGV.
- HART, J. F. (1991). The perimetropolitan bow wave. *Geographical Review*, v. 81, n. 1 (jan.), pp. 35-51.
- IBGE (2000). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- LABORE-LABORATÓRIO OFICINA REDES & ESPAÇO (2007). *Mapas temáticos elaborados a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- LEFEBVRE, H. (1991). *The production of space*. Oxford (UK), Cambridge, Mass., Blackwell Publishers.
- _____ (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- LIMONAD, E. (1999). Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *Geographia*, ano 1, v. I, pp. 71-92. Niterói.
- MARTINE, G. (1994). *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Texto para discussão n. 329, Rio de Janeiro, IPEA, janeiro.
- MATTOS, C. A. de (2001). Metropolitación y suburbanización. *EURE*, v. 27, n. 80, pp. 5-8.
- MONTE-MOR, R. L. (1994). "Urbanização extensiva e lógicas de povoamento". In: SANTOS, M. et alii (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec, pp. 169-181.
- MOURA, R. e FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (2001). *Metrópoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum?* IX Encontro Nacional da Anpur. *Anais...* Rio de Janeiro, Anpur, v. 1, pp. 105-114.
- MURPHY, P.A. e BURNLEY, I. H. (1993). Socio-demographic structure of Sydney's perimetropolitan region. *Jornal Aust. Popul. Association*, v. 10, n. 2 (nov.), pp. 127-144.
- OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development (2006). *Competitive cities in the global economy*. Paris, OECD.
- PEREIRA, M. T. (2000). Agricultura urbana e periurbana. *Qualidade de Vida*. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 11, abr., pp. 1-4.
- RANDOLPH, R. (1998). *Urbanismo abstrato na era digital? Tentativa de uma provocação*. In: V Seminário sobre a História da Cidade e do Urbanismo. *Anais...* Campinas, PUC-Campinas, out.
- _____ (1999). Sociedade-rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. *GeoGraphia*, Niterói, ano 1, n. 2, pp. 27-53

- RANDOLPH, R. (2000a). "Las mutaciones de lo urbano: de la red de ciudades a la ciudad-red". In: FINQUELIEVICH, S. (org.). *Ciudadanos: a la red! Los vínculos sociales en el ciberespacio*. Buenos Aires, Ed. La Crujía.
- _____ (2000b). A sociedade em rede (resenha crítica do livro de Manuel Castells). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, março, pp. 111-112.
- _____ (2004). *Mobilidade virtual e urbanização. Reflexões e investigações acerca do novo potencial de segregação populacional de velhas formas de ocupação*. Trabalho apresentado no Seminário "Por uma outra cidade: identidades culturais, experiências políticas e transformações do cotidiano" do GT Desenvolvimento Urbano do Clacso. La Paz/Bolívia, Universidad Mayor de San Andres, agosto.
- _____ (2005). *Utopia burguesa ou revolução urbana? Transformações da organização territorial e novas formas urbanas em áreas perimetropolitanas do Rio de Janeiro*. In: XI Encontro Nacional da Anpur. *Anais...* Salvador, Bahia, Anpur.
- RANDOLPH, R. e GOMES, P. H. O. (2007). *Expansão da metrópole e áreas perimetropolitanas: continuidade ou ruptura? O contexto de uma investigação do entorno do Rio de Janeiro*. In: XII Encontro Nacional da Anpur. *Anais...* Belém, Anpur (no prelo).
- RANDOLPH, R., LOPES, L. (2006). *Urbanização fechada em áreas metropolitana e perimetropolitana: comparação da segregação socioespacial entre condomínios fechados dentro e fora da região metropolitana do Rio de Janeiro*. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS. *Anais...* Caxambu/MG, 24 a 28 de outubro de 2006.
- ROCHEFORT, M. (1998). *Redes e sistemas. Ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- SATHLER, D. V. F. e MIRANDA, V. F. O. (2006). *Desconcentração demográfica paulista: novas aglomerações metropolitanas, cidades médias e a emergência dos pequenos municípios*. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. *Anais...* Caxambu, MG, Brasil, de 18 a 22 de setembro.
- SANTOS, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- _____ (2004). *Pensando o espaço do homem*. 5 ed. São Paulo, Edusp.
- SOUZA, M. L. de (2003). *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SOUZA, R. G. V. e BRITO, F. R. A. (2006). *A expansão urbana da região metropolitana de Belo Horizonte e suas implicações para a redistribuição espacial da população: a migração dos ricos*. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. *Anais...* Caxambu, MG, Brasil, de 18 a 22 de setembro.
- WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - WBCSD (2001). *Mobilidade 2001: uma visão global*. Disponível em <http://www.wbcsgdmobility.org>

Recebido em Fev/2007
Aprovado em mar/2007